

# 30 ANOS DO PROGRAMA LEADER

MINHA TERRA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE  
ASSOCIAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL



## HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NA 1ª. PESSOA

**ARTUR CRISTÓVÃO**

UTAD - UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES  
E ALTO DOURO



## ● Desenvolvimento Local, a história não acaba aqui

Nos meus estudos de agronomia, nos anos 70, gostei em particular das disciplinas da área das Ciências Sociais, como a Economia Agrária e a Sociologia Rural. Tive a oportunidade, pouco tempo depois de terminar o curso, em novembro de 1979, de ingressar como docente no então Instituto Politécnico de Vila Real, instituição inserida numa região com claros desafios de desenvolvimento e que estava a dar os primeiros passos. Integrei-me no Departamento de Economia e Sociologia, tendo-me sido atribuídas as disciplinas de Sociologia e de Extensão Rural, normalmente lecionadas pelo meu colega José Portela, que estava a realizar o mestrado no estrangeiro. Confesso que no meu percurso académico nunca tinha ouvido falar de Extensão Rural, foi uma novidade absoluta. Mas a Extensão Rural foi a minha porta de entrada no campo do Desenvolvimento Local.

Em escassos meses estudei o mais que pude sobre a matéria. No verão de 1980 fiz um curso de verão na Holanda e em 1981 rumei aos Estados Unidos da América, para, durante cerca de seis semanas, conhecer a abordagem da Universidade de Purdue e das chamadas “Land Grant Universities” no apoio à agricultura e às comunidades locais. Aprendi que a universidade tinha uma rede de extensão que abrangia todo o estado, bem articulada com a investigação e o ensino, e que trabalhava com agricultores, jovens, famílias e comunidades, com um foco no desenvolvimento, entendido de forma muito ampla.

Em 1982 voltei aos EUA, desta feita para iniciar o doutoramento na Universidade de Wisconsin-Madison, na área da Extensão Educativa. Foram muitas as aprendizagens, num contexto que permitiu conhecer experiências de todo o mundo e numa altura em que a Extensão Rural estava em foco e em que se começava a falar, cada vez mais, de Desenvolvimento Rural Integrado e de Participação Social. Foquei as minhas atenções numa questão que me parecia (e parece) crítica: a participação dos cidadãos nos processos de desenvolvimento, nomeadamente na construção de projetos e processos de mudança. Uma participação que entendia (e entendo), como ativa, ligada ao envolvimento na tomada de decisões, numa lógica de “empowerment”.



Em Portugal, nessa altura, passados poucos anos da Revolução de Abril, estavam em pleno funcionamento as Direções Regionais de Agricultura, que integravam muitos quadros jovens e com vontade de fazer a diferença. Em Trás-os-Montes foi o tempo do arranque do Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRITM), financiado pelo Banco Mundial, e iniciativas de Extensão Rural estavam a dar os primeiros passos em algumas Zonas Agrárias, que então contavam com equipas razoáveis. O chamado Sistema de Treinamento e Visitas (T&V), que tinha em vista promover mudanças através do contacto de proximidade entre técnicos extensionistas e agricultores selecionados nas aldeias, estava na moda. A Zona Agrária do Alvão-Padrela foi o meu território de investigação, e a participação dos agricultores nos projetos em curso o meu objeto de trabalho.

Os resultados obtidos, que espelhavam a realidade, foram dececionantes face ao meu quadro de referência. A Extensão estava organizada numa lógica “top-down”, com escassa margem para a participação dos agricultores. E estava exclusivamente focada nas questões técnicas, deixando de parte um amplo conjunto de desafios das famílias e comunidades e, mais do que isso, abrangendo escasso número de pessoas, ficando a maioria excluída do acesso mais direto à informação e ao conhecimento.

Nos finais dos anos 80, a possibilidade de criar, já na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, o curso de Mestrado em Extensão Rural, abriu novos horizontes de contactos e conhecimentos. No curso, que rapidamente passou a designar-se por Extensão e Desenvolvimento Rural, participaram muitos técnicos das Direções Regionais de Agricultura, assim como outros com experiências de trabalho noutros contextos institucionais e com grupos específicos, como mulheres rurais e jovens. Permitiu conhecer muitas experiências, através de convidados de Portugal, Brasil, França, Países Baixos, Estados Unidos, Reino Unido, entre outros países. Foi altura de conhecer abordagens não convencionais de Extensão, com lógicas integradas e participativas, e de entrar em redes internacionais, como a associada ao “European Seminar on Extension Education” ou ao “Farming Systems Research & Extension Symposium”.





Recordo, com muito gosto, o envolvimento nas primeiras “conversas inacabadas” e a produção das sucessivas teses, resultado de ricos e envolventes debates. Tondela, Amarante, Tavira, Serpa, Trancoso, Peniche, Montalegre, em todas estas MANifestas participei de forma ativa, sempre com vontade contribuir e de conhecer e apreender mais sobre o Desenvolvimento Local.

Este testemunho termina aqui, mas a história do Desenvolvimento Local continua. Espero que nessa história esteja bem presente o aprofundamento do trabalho em rede, a partilha solidária de conhecimentos e recursos, a promoção de abordagens participativas de animação territorial, o crescimento e afirmação de um movimento agregador de Desenvolvimento Local. E desejo que o LEADER regresse à sua formulação e às práticas originais, para que as ADL possam melhor agir de acordo com os princípios fundadores, de forma mais autónoma e criativa, e em consonância com os desafios das comunidades rurais, sem espartilhos centralistas e burocratizantes que tolhem a sua energia e limitam o impacto da sua ação.

**Artur Cristóvão**

**Professor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro**